

AS CONTRADIÇÕES ENTRE CAPITAL E TRABALHO NO COTIDIANO PROFISSIONAL DO DOCENTE

Meiriane Moreira dos Santos Schaper¹

A pesquisa aqui apresentada com o tema “As contradições entre capital e trabalho no cotidiano profissional do docente” apresenta uma análise sobre a situação de professores que trafegam na BA 290, rodovia que liga Teixeira de Freitas a São José de Alcobaça-Ba. Para isso fez-se o uso da pesquisa bibliográfica baseada nos referenciais teóricos que discutem a proletarianização e precarização do trabalho docente. Como os seguintes autores: Minayo (2010) que orienta nas questões teórico-metodológicas da pesquisa; Marx (1994-2010) por elucidar as contradições relacionadas ao trabalho e capital; Gentili (2008) que clarifica o trabalho docente na atual conjuntura política e social; Mészáros (2008) por suas reflexões críticas da educação com relação ao trabalho docente e capital. Optou-se pela abordagem metodológica qualitativa com pesquisa de campo e estudo de caso, sendo objeto do estudo uma professora que atua a mais de duas décadas nos municípios de Teixeira de Freitas e Alcobaça-BA. Nessa caminhada foi possível observar os fatores que engendram para as contradições nas dimensões da educação, do trabalho e do capital no cotidiano docente, e sistematizar as contribuições dos relatos orais e escritos atinentes à pesquisa. Nesse consideramos relevante desvelar algumas situações humilhantes vivenciadas por estes profissionais ao longo da BA 290, não somente como um denunciamento simplista, mas como análise de uma estrutura de modelo dominante que além de explorar os trabalhadores da educação põe em risco suas vidas todos os dias, na região em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Professor; Educação; Capital; Trabalho.

O estudo foi realizado ao longo de 24 meses, dois anos, com uma educadora que leciona a cerca de vinte anos nos dois municípios e reside na cidade de Teixeira de Freitas-BA. Para conseguir um ganho bruto de aproximadamente dois mil e quinhentos reais a professora se desloca todas as manhãs para o povoado de São José de Alcobaça, onde leciona para turmas do sexto ao nono ano das séries finais do Ensino Fundamental.

O povoado pertence ao município de Alcobaça e a educadora percorre cerca de 40 km para chegar a seu destino: Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, e para fazer este percurso tenta carona na rodovia carregando uma placa com os dizeres: “*Carona sou*

¹ É graduada em Pedagogia pela Faculdade Cenecista de Brasília (2005). Concluiu Graduação em Sociologia na Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus X, com colação de grau prevista para o segundo semestre de 2014. É Especialista em Ensino de Sociologia. Pela Faculdade de Ciências Educacionais – Feira de Santana-BA. Atua na docência com educação prisional, em turmas de Educação de Jovens e Adultos multisseriada no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas-BA. É professora concursada da Educação Básica (Ensino Fundamental I) no município de Teixeira de Freitas e atua como coordenadora na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Fundamental I. É professora auxiliar I da Faculdade do Sul da Bahia.

professora”. Na bagagem além do material pedagógico leva consigo sua refeição, basicamente proteína animal e vegetal além de outros nutrientes, quando dá tempo de cozinhar.

O retorno a Teixeira de Freitas se dá a partir das doze horas e trinta minutos, a depender da carona, e às treze horas assume a turma do quinto ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Shineider Cordeiro Correia, voltando a sua residência às dezoito horas e trinta minutos.

Envolvida diretamente no contexto educativo de ensino/aprendizagem, a professora, juntamente com seus colegas entrevistados, fazem em média entre quarenta a sessenta horas semanais como tempo gasto em sala de aula, sem levar em conta o tempo do percurso gasto da casa até o trabalho, além das atividades extraclasse.

A professora, objeto da pesquisa, aparecerá nas narrativas seguintes com o pseudo de Protagonista.

A Protagonista nasceu no município de Caravelas, filha de trabalhadores rurais, na sua infância foi ceifada da presença de seu genitor e aos seis anos de idade viu sua mãe tornar-se lavadeira para sustentar os seis irmãos.

Foi entre lavadas de roupa e latas d’água carregadas na cabeça que a Protagonista cresceu vivenciando as mudanças sociais, políticas e econômicas da cidade Teixeira de Freitas e região. Para adquirir objetos pessoais e material escolar começou a trabalhar aos 10 anos de idade, buscando água na “biquinha” onde subia e descia uma ladeira muito alta e longa demais:

Já trabalhei também como braçal, com o meu desenvolvimento e o grau de instrução passei a ser cabo de turma. Como toda empresa tem redução de pessoas eu fui dispensada. Cursei o magistério e entrei na área da educação. O meu primeiro trabalho como professora foi no município de Alcobaça-Ba, num lugarejo chamado Igrejinha. De lá para cá, já se passaram mais de vinte anos, nunca mais sai da educação, é igual Freire diz: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”. E eu sou prova viva dessa transformação. Mas não deixei de ser proletária, agora da educação.

O termo proletário passou a ser conhecido a partir da revolução industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, momento em que a classe antagônica à burguesa se firma e se estabelece como dominante. Na luta entre burgueses e proletariado, ou seja, entre patrões e empregados.

Conforme lembra Fernandes e Orso, (2007, p.10):

O proletário é o trabalhador que não tem autonomia no que realiza, por não possuir os meios de produção, que vive de salário e que nesta categoria inserem-se todos aqueles que para viver são obrigados a alienar sua força de trabalho, entendemos que o trabalhador docente também realiza seu trabalho na condição de proletário.

Em concordância com o que se diz a respeito da proletarização do trabalho docente, Tumolo e Fontana, (2008, p. 10), afirmou que o “trabalho fabril e o trabalho docente, foi gradativamente incorporando as características do primeiro, um trabalho taylorizado, padronizado, repetitivo, fragmentado”.

Talvez por isso a professora se considere proletária devido a fragmentação do trabalho e das lutas travadas. Segundo narrou, todas as conquistas da categoria ocorreram a partir da luta organizada, através do sindicato x prefeitura.

Contudo, é importante lembrar que a categoria tem travado lutas e tem se organizado cada dia mais, conforme apontou a pesquisa com os professores que transitam entre os municípios de Teixeira de Freitas e Alcobaça, onde ‘vendem sua força de trabalho’.

Conforme se verificou 100% dos professores entrevistados declararam ser sindicalizados. Entretanto, nem todos os docentes entrevistados participam da luta.

Segundo Gentili (2008, p. 190) “a experiência de luta e o trabalho educacional dos movimentos sociais libertadores nos alerta que construir uma educação igualitária significa muito mais do que garantir o acesso à escola”, está em conjunto com lutar por condições dignas de trabalho, salários e educação de qualidade em todos os seus aspectos.

Nas palavras de Gentili (2008) a educação “vale” não porque nos oferece os atributos que nos torna desiguais, mas, por nos ajudar a construir, juntos, aquilo que nos iguala, que nos une de forma íntima e que humaniza nossa dignidade e o direito inalienável que temos a não sermos humilhados pela injustiça, pela pobreza, pela exclusão, e pela negação de oportunidade.

Quando se perguntou sobre as dificuldades encontradas verificou que é muito mais pelo fato de passarem mais tempo fora de casa do que pela falta de transporte. Comercializando sua força de trabalho, longe de seus familiares, é muito mais penoso do que as dificuldades encontradas com condução e alimentação, sobre isso, encontramos nos enunciados de Marx (1996, p. 286), que:

A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em lugar de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva. [...] Para que alguém venda

mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fazer botas sem couro. Precisa, além disso, de meios de subsistência.

O que nos fez compreender em Marx, é que, embora este não reconheça o trabalho intelectual como trabalho, já que o professor não produz metais, polietileno, tecidos, utensílios domésticos ou industriais, afirma-se aqui que o professor não possui nada além de sua força de trabalho e para que esse trabalhador possa vender sua *mercadoria*, sua força de trabalho, é necessário, que esteja forte, saudável, bem alimentado, entretanto, o cenário pesquisado contraria a realidade, e dessa maneira todas as prioridades são sacrificadas, inclusive a saúde física e mental.

Professores em readaptação, doente com problemas físicos e psicológicos, não produz o que se espera e o profissional só é interessante se este estiver disposto a se doar ao máximo, pois deixar de produzir numa estrutura capitalista é o mesmo que se promover ao fracasso.

De acordo com Marx (1996, p. 286) “o fantasma que assombra o operário, é o desemprego. E é isso que o faz tolerar as más condições de trabalho”.

Schultz (1973, p. 35) adverte que “Os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa (...), mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico”.

Embora seja considerado um teórico liberal, ele admite que a vida útil do trabalhador é a própria vida útil, ou seja, o sujeito vale enquanto produz, deixou de produzir, deixou de ser favorável ao capital.

É o capital vendendo ilusões conforme o poema de Vinicius de Moraes, ‘Operário em construção’: “como tampouco sabia que a ‘casa’ que ele fazia sendo a sua liberdade era também sua escravidão”.

Na questão salarial todos os professores responderam que ganham entre dois a três salários mínimos o que os diferiu foram os motivos que os levou a trabalhar em dois municípios.

A melhoria financeira, a faculdade dos filhos e a qualidade de vida aparecem como os grandes motivadores, para tal empreita. O que se questiona é: O que se entende por qualidade de vida se esta em sua prática não é viver com qualidade?

Assim cabe refletir o que os levou a desconsiderar a qualidade de vida e se predispor a uma jornada de trabalho dupla, às vezes tripla em municípios diferentes.

Na rotina da Protagonista, a incerteza de transporte e a ausência rotineira dos familiares o que menos se tem é uma vida com qualidade, nem mesmo nas necessidades básicas do ser humano. E, apesar da jornada dupla e às vezes tripla de trabalho o professor ainda necessita de preocupar com a sua formação.

Segundo dados do Ministério da Educação-MEC, em estudo realizado em 2007, no Brasil, dos 685.025 que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental em turmas de 1ª a 4ª série ou do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, 54,9% têm curso superior com licenciatura e 32,3% Normal ou Magistério, perfazendo 597.889 docentes (87,3%) com a formação mínima exigida por lei para lecionar nessas séries.

Considerando as especificidades da estrutura e organização do ensino, o curso superior de Pedagogia é tido, no entanto, como a formação mais adequada para os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, conforme dados do MEC 50,1% dos professores que atuam nessa primeira fase tem curso superior em Pedagogia.

Foram também identificados 6,3% dos professores com formação superior sem licenciatura, 5,6% com nível médio e menos de 1% com nível fundamental. Na média nacional a maioria dos professores dos anos iniciais leciona em apenas uma escola, observando-se um percentual de 92,9% nessa situação.

Quanto à formação dos profissionais participantes da pesquisa todos possuem graduação com licenciatura plena em pedagogia, alguns com pós graduação e até mesmo

Conforme afirma Fernandes e Orso, (2007, p.10,):

O passo adiante, na luta pela superação da pauperização e precarização do trabalho docente, passa também pela superação da condição de proletário e pela sua emancipação, pela emancipação de toda classe trabalhadora. Esta é a melhor maneira de contrapor-se à discriminação e ao rebaixamento do ensino das camadas populares.

Professores politizados, emancipados, também produzem uma educação emancipadora.

Sobre os ganhos salariais deixaram claro que é muito pouco devido as despesas que têm e questionaram a valorização profissional a começar por um valor considerado irrisório com relação aos profissionais da medicina onde o governo brasileiro ofereceu R\$ 10.000.00 para médicos brasileiros estagiarem no país e R\$ 1.024,67, por uma jornada de 40 horas semanais para um professor. *Onde se assenta a valorização desse profissional?* - Perguntou uma professora.

Quando foi instituído o piso salarial do magistério em 16 de julho de 2008, a Lei 11.738, estabeleceu um valor mínimo, a ser pago no âmbito nacional, como remuneração para os trabalhadores docentes.

O piso salarial foi criado em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, no artigo 60, incisos I, II, e III, que trazem no texto:

Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil;

II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal;

Segundo o site oficial do MEC nos últimos cinco anos, o aumento do salário inicial dos professores que cumprem a carga horária de 40 horas semanais foi de 78,63%. A queixa dos docentes é com relação à desvalorização da categoria conforme se observa abaixo houve mais perda do que evolução do piso salarial dos professores no Brasil.

Quadro 2 – Evolução do piso salarial

2009	2010	2011	2012	2013	2014
R\$ 950,00	R\$ 1.024,67	R\$ 1.187,08	R\$ 1.451,00	R\$ 1.567,00	R\$1.697,00

Fonte MEC 2014.

Em seis anos de existência de uma referência nacional salarial para os trabalhadores docentes não passou de pouco mais que 13% a média de aumento anual. A protagonista afirmou que:

“O problema é que o valor ofertado já iniciou baixo e os reajustes piores ainda, se pensar que o valor ofertado como referência nacional por 40 horas foi mais baixo que o que o município de Teixeira de Freitas pagava por 20 horas, na época em que foi estipulado o piso. E ainda quando pedimos reajuste com relação ao percentual nacional ouvimos sonoramente a frase: ‘vocês ganham muito acima do piso’ fazer o que né?”

A explicação para tamanha disparidade é que, segundo assessoria de comunicação social do MEC, durante o ano vigente, o valor mínimo anual investido pelo FUNDEB por aluno da educação básica é calculado com base em estimativa de arrecadação. A variação desse valor impacta na variação do salário dos professores. O fundo reúne recursos provenientes de tributos e da complementação da União, que são repassados aos governos municipais e estaduais.

Da forma como é colocada pela do MEC fica clara a precarização e proletarização do professor e ainda apontam para uma visão neoconservadora daquilo que historicamente ficou conhecido como: ‘o mercado como regulador das relações sociais’ (FRIGOTO, 1999, p. 58).

Nesse aspecto nota que o professor é só mais um trabalhador a serviço do Estado de “bem estar social”, e a escola é apenas um balcão onde o governo deposita seus programas e projetos de promoção, proteção ou política de correção social, sem sequer respeitar a categoria profissional ali existente. A escola é só mais um aparelho ideológico do Estado. E o professor ganha pelo número de alunos matriculados, ou seja, ganha por produção.

Gadote, (1989), alerta que o professor não é um executor. Mas um criador, e ainda assevera que os cursos de formação parecem pacotes de treinamentos, como se fossem preparados para treinar vendedores.

Ressalta-se, ainda, que as prefeituras sequer divulga o valor pécupto por aluno, de modo que a luta é também para que haja transparência na administração pública municipal e para que compreendam que os professores são agentes políticos de transformação social e não multiplicadores do sistema vigente.

No universo da pesquisa a realidade financeira é prejudicada ainda por outras situações, pois além das despesas pessoais os professores alegam que não dispõem de ajuda financeira para transitar entre os municípios em que lecionam, diante disso e dispondo apenas de salários defasados lançam mão de muitos meios na intenção para chegar ao local de trabalho.

Uma das falas mais marcantes na realização da entrevista com a protagonista encontra-se a que se refere ao transporte:

“não bastasse a humilhação de ficar na BA 290 é o fato de tomar sol e chuva e a chuva, em especial, é muito pior, pois quando chove as pessoas não querem dar carona para não molhar os veículos”.

Nesse momento a entrevistada se emocionou, pois apesar de ter mais de 20 anos de profissão não tem condições de pagar ônibus todos os dias, pois sai mais de R\$ 20,00 por dia e dependendo dos dias letivos de cada mês gastaria cerca de R\$ 480,00 mensais.

A matemática de nossa protagonista é a soma do descaso com a educação no Brasil e consequentemente nos municípios brasileiros, em um país em que o discurso é voltado para emancipação dos sujeitos a partir da educação, contudo, trata o profissional da educação como subproduto subordinado a uma estrutura capitalista inflexível, apesar das lutas históricas da categoria.

Quanto à alimentação os professores afirmaram que este deveria ser um momento tranquilo, entretanto, é muito corrido, às vezes sequer conseguem se alimentar e quando o fazem requeimam o alimento cozido na noite anterior. Declararam ainda que, a prática constante desse hábito já trouxe sérias consequências relacionadas à saúde.

Segundo a CNTE (2013), a questão da saúde do professor perpassa pela valorização salarial, alegando que políticas sérias e ações estruturantes somadas às políticas equalizadoras do atendimento escolar, tais como segurança alimentar, combate às drogas e segurança nas escolas entre outras podem trazer consequências benéficas tanto para o professor como também para a escola.

Outro fator apontado como desencantador por 100% dos professores entrevistados foi o lazer, segundo eles, este é escasso, e, quando ocorre, geralmente, trata-se de confraternizações entre professores e que muitas vezes acontecem no ambiente de trabalho ou fora dele, mas o que permanece como assunto discutido é sempre o trabalho docente ou as lutas da categoria.

A Protagonista afirma que o quê a desestimula é o fato dos governantes tratarem os trabalhadores da educação com descaso e desrespeito, principalmente, em relação ao salário e transporte para aqueles que necessitam do mesmo. E que é angustiante saber que levanta tão cedo para ir ao trabalho necessitando de carona com chuva ou sol e o poder público gastando tanto dinheiro com coisa banal e se esquece de oferecer melhores condições para os educadores, principalmente, para quem precisa de transporte.

As alegrias apontadas pela professora é o desafio de ter coragem de “enfrentar e lutar nesta batalha no dia a dia”, e ter conseguido conquistar a casa própria e fazer uma graduação em pedagogia e agora terminar uma graduação em Sociologia aos 58 anos de idade, o que demanda sacrifício.

Apontar as contradições que permeiam o capital e o trabalho na vida dos sujeitos pesquisados não foi tarefa fácil, talvez alguns dos apontamentos aqui citados sequer chegarão

próximos do que se esperava, mas, porém, o que se presenciou durante os dois anos de pesquisa seja um pouco do que a Protagonista passou nos seus 20 anos de caminhada,

Conforme Gentili (2009), quando partilhamos a ideia de que a educação nos faz acender socialmente estamos também dando margem a sermos questionados do porque não acendemos com ela, e esse fato foi tão claro, pois enquanto a Protagonista esperava uma carona a margem da BA 290 no povoado de São José de Alcobaça-BA, sua aluna passava gritando do outro lado: *“Dá carona não motorista, deixa que vá a pé. Quem mandou ser professora!”*.

É papel do professor lembrar que quem exclui não é a profissão escolhida, desejada, conquistada, mas o sistema capitalista que vende a ilusão de uma política de bem estar para todos, mas que na verdade exclui e escraviza com salários baixos para muitos e concentração de riqueza e renda para poucos. “1% dos adultos do planeta são donos de 40% da riqueza mundial”. (GENTILI, 2009, P. 146).

Assim, Gentili (2009) garante que nem mesmo chegando a um estado de bem estar, conforme preconiza o discurso neoliberal, se resolveria o problema da desvalorização profissional e exclusão social, pois não é com a competição mercadológica que se resolve a questão da pobreza, fome e exclusão social do ser humano, e sim com uma educação baseada em discursos transformados em ação, baseado no sentido democrático de que a educação é um valor humano e não um paradoxo reacionário que tem se discutido por aí.

Já que para alguns a educação é apenas um trampolim para ascensão social, isso é muito pouco para se pensar da educação e menos ainda para se afirmar que seja esse o papel do educador.

De modo, que as contradições entre capital e trabalho que hostiliza e humilha o profissional docente paira no fato do professor ser apenas ‘dono’ de sua força de trabalho e como esse é o único patrimônio que possui é preciso oferecê-lo a serviço do capital muito mais como meio de garantir sua subsistência do que como mecanismo ideológico.

Destarte, por ser sujeito e não objeto do sistema reage e luta contra as imposições por ele estabelecidas, mesmos que provoque conflitos, mas em seu entendimento é necessário para que haja mudanças, pois somente com a mobilização e militância é possível haver transformações significativas na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Profissionais da Educação no Brasil**. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em fevereiro de 2014.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. Ed. Cortez, São Paulo-SP, 1999.

GADOTE, Moacir. **Educação e Poder: introdução a pedagogia do conflito**. Cortez, São Paulo-SP, 1989.

GENTILI, P. **Desencanto e Utopia**. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2008.

MARX, K. , ENGELS Friedrich. **O Capital, Crítica da Economia Política**, Livro I: **O processo de Produção do Capital**. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, 1996.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**/ Istévan Mészáros; [tradução Isa Tavares]. – 2 ed. Boim tempo, – São Paulo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 29. Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 2010.

ORSO, Paulino José. **Educação, Sociedade de Classes e Reformas Universitárias**, Paulino José Orso (organizador), Autores Associados, Campinas-SP 2007.

POLITICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – **Concepções e proposições da CNTE**. Editoração Frisson Comunicações, Brasília-DF, 2013.

SCHULTZ, Theodore. **O Capital Humano**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. **Trabalho Docente e Capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da Década de 1990**. Revista Trabalho Necessário, ano 6, número 6, 2008.